

OS VERDES NO PARLAMENTO

XII Legislatura → **Actividade Parlamentar**

Das várias iniciativas Parlamentares destacam-se as seguintes:

I - Projectos de Lei

- 412/XII/2 - Alarga as famílias com capacidade de adoção.

II - Projectos de Resolução

- 704/XII/2 - estudo da Constituição Portuguesa na escolaridade obrigatória.
- 719/XII/2 - Cessaçao de Vigência do Decreto-Lei que "altera os regimes jurídicos de protecção social no desemprego, morte, dependência, rendimento social de inserção, complemento solidário para idosos e complemento por cunha a cargo, do sistema de segurança social".
- 726/XII/2 - plano nacional para a prevenção de Dengue.

- 743/XII/2 - serviço de oncologia do centro hospitalar Barreiro / Montijo.
- 745/XII/2 - regime jurídico de na atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e centros de inspeção.
- 769/XII/2 - Combater o desemprego jovem.

III - Votos

- 128/XII/2 - de Congratulação, pela atribuição do Prémio Kenneth Hudson do Fórum Europeu dos Museus, ao Museu da Comunidade Concelhia da Batalha.*
- 129/XII/2 - de Congratulação - 50 anos da União Africana.*
- 138/XII/2 - de Pesar pelo falecimento de Osvaldo Castro.*

- 140/XII/2 - de Congratulação pela classificação da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia como Património da Humanidade.*

IV - Declarações políticas

- 23 de Maio - sobre a Lei das Sementes.

V - Requerimentos/Perguntas

- Neste período Os Verdes fizeram 14 perguntas e 2 requerimentos, sobre diversos assuntos, dos quais se destacam: exploração de urânio, funcionamento de ETAR's e educação.

(* Em conjunto com outros grupos parlamentares.

Visita a nossa nova página no facebook e clica em "Gosto"

NOTÍCIAS VERDES

Os Verdes disseram, fizeram e participaram

OS VERDES FIZERAM

Nacional. Eleições Autárquicas. Campanha CDU.

Durante este período Os Verdes promoveram, participaram e envolveram-se em dezenas de iniciativas de Pré-Campanha da CDU de apresentação de candidatos, de debates, de divulgação, de construção de programas autárquicos, de angariação de apoios, entre tantas outras.

27 de Abril. Distrito de Braga.

Os Verdes reuniram com a ANCEC e a ANRED, em Guimarães, sobre o futuro dos CTT - Correios de Portugal.

30 de Abril. Distrito de Lisboa.

Os Verdes apresentaram na Assembleia Municipal de Lisboa duas saudações sobre a "39ª Aniversário do 25 de Abril", e sobre o "1º de Maio", uma moção "Pelo não encerramento da Maternidade Alfredo da Costa" uma recomendação sobre "Acidentes de Trabalho dos Trabalhadores do Município", tendo sido todas aprovadas, e ainda uma recomendação sobre o "Encerramento de Estabelecimentos Comerciais no 1º de Maio" que foi rejeitada.

6 de Maio. Distrito de Setúbal.

Os Verdes visitaram a Escola Jorge Peixinho, no Montijo, motivados pelas deficientes instalações deste estabelecimento de ensino.

8 de Maio. Distrito de Setúbal.

O PEV realizou ações no âmbito da campanha "Contra a privatização da água" na Escola Secundária Manuel Cargaleiro, no Seixal.

8 de Maio. Distrito de Lisboa.

No âmbito das comemorações dos 30 anos do PEV, Os Verdes realizaram uma ação de contato com a população na Festa da Espiga, em Mafra.

8 de Maio. Distrito de Porto.

Os Verdes promoveram uma conferência de imprensa, no Porto, para contestar o parecer da UNESCO relativamente ao projeto de construção da barragem de Foz Tua no Alto Douro Vinhateiro.

9 de Maio. Distrito de Lisboa.

Ação de divulgação de Os Verdes, junto à Foz do Lizandro, Mafra, com distribuição de documentos.

Dia 10 de Maio. Distrito de Lisboa.

Os Verdes reuniram com o Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, para discutir a Estratégia para o Crescimento, Emprego e Fomento Industrial 2013/2020.

18 de Maio. Distrito de Setúbal.

No âmbito das comemorações dos 30 anos do PEV, Os Verdes realizaram um jantar / debate comemorativo na Moita.

20 de Maio. Distrito de Braga.

Os Verdes visitaram as margens do Rio Cávado, junto da Ponte do Prado, em Braga.

20 de Maio. Distrito de Lisboa.

Os Verdes visitaram o Centro de Controlo do Tráfego Marítimo, em Alagés, onde abordaram as questões de vigilância costeira nacional.

Entre Maio e junho. Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública.

Os Verdes realizaram várias iniciativas em defesa da escola pública., no âmbito da campanha nacional que o PEV esta a promover, na Guarda, na Covilhã, em Aveiro, Coimbra, Braga, Guimarães, Vila Real, Viseu.

31 de Maio. Distrito de Santarém.

Os Verdes visitaram as Caneiras e a Ribeira de Santarém, para avaliar os problemas das localidades ribeirinhas do Rio Tejo.

15 a 17 de Junho. R.A. da Madeira.

Os Verdes promoveram na Madeira várias ações sobre temáticas ambientais, cidades sustentáveis, campanha para a preservação da água e amianto em edifícios públicos.

21 e 22 de Junho. Distrito de Santarém.

Os Verdes reuniram o seu Conselho Nacional em Santarém. No dia anterior promoveram ações de contato e visitas ao distrito, com

produtores de Agricultura Biológica, CAP, Federação de Agricultores do Ribatejo e União de Sindicatos de Santarém, cujos temas abordados foram de modo geral sobre a agricultura e a nova reforma da PAC.

25 de Junho. Distrito de Lisboa.

Os Verdes apresentaram na Assembleia Municipal de Lisboa um Voto de Pesar pelo falecimento do Prof. Doutor Manuel Leal da Costa Lobo, uma moção sobre o Canil-Gatil Municipal de Lisboa, uma moção sobre o Mega Piquenique, uma recomendação sobre o Parque Recreativo dos Moinhos de Santana e uma recomendação sobre a Semana Académica de Lisboa em Monsanto tendo todos sido aprovados.

OS VERDES PARTICIPARAM

1 de Maio.

Os Verdes participaram em vários pontos país nas iniciativas promovidas pela União de Sindicatos, no âmbito do Dia do Trabalhador.

4 de Maio. Distrito de Lisboa.

Os Verdes estiveram presentes Sessão de Abertura do 11º Congresso nacional de Professores sobre "Afirmar a Escola Pública, Valorizar os Professores, dar Futuro ao País", que se realizou em Lisboa.

4 de Maio. Distrito de Lisboa.

Os Verdes estiveram presentes na sessão de encerramento do 11º Congresso Fenprof, que se realizou em Lisboa.

6 e 7 de Maio. Distrito de Lisboa.

Os Verdes participaram nas sessões do Parlamento dos Jovens.

9 de Maio. Distrito de Lisboa.

Os Verdes participaram num debate que se realizou na Escola Secundária da Amadora.

10 de Maio. Distrito de Braga.

Os Verdes estiveram presentes na cerimónia de abertura das Jornadas de Estudo de Solicitação, a convite da Câmara dos Solicitadores, que se realizou em Braga.

Dia 11 de Maio. Distrito de Lisboa.

Os Verdes participaram na Conferência "Vencer a Crise com o Estado Social e com a Democracia", promovida pelo Congresso Democrático Alternativas, em Lisboa.

16 de Maio. Distrito de Lisboa.

Os Verdes estiveram presentes no XII Congresso de Nutrição e Alimentação que se realizou em Lisboa.

18 de Maio. Distrito de Aveiro.

O PEV esteve presente nas comemorações do XXII aniversário da Associação Sócio Profissional da Polícia Marítima, em Aveiro.

19 de Maio Distrito de Viseu.

Os Verdes participaram na Assembleia Geral da comissão dos Ex-trabalhadores das Minas de Urânio que realizou na Urgeiriça.

24 de Maio. Distrito de Lisboa.

Os Verdes estiveram presentes na sessão de abertura do Congresso do Sindicato dos Investigadores da Carreira da Investigação, que se realizou em Lisboa.

24 de Maio. Distrito de Santarém.

Os Verdes participaram no debate específico da Assembleia Municipal de Almeirim sobre a existência de árvore em meio urbano e em meio rural.

25 de maio Distrito do Porto.

Os Verdes participaram na «marcha contra Monsanto» e os OGM, promovida por diversas organizações, no Porto.

27 de Maio. Distrito do Porto.

Os Verdes participaram, em Felgueiras, numa conferência sobre "Política Atual", organizado pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras.

27 de Maio. Dist. de Castelo Branco

Os Verdes participaram no debate "Refletir Sobre As Políticas Educativas" organizado pela Fenprof, sobre a Escola Pública, que se realizou na Covilhã.

27 e 28 de Maio. Distrito de Lisboa.

Os Verdes participaram nas sessões nacionais do Parlamento dos Jovens.

29 de Maio. Distrito de Lisboa.

Os Verdes participaram no debate sobre mobilidade Sustentável em Sintra, a convite da Agência Municipal de Energia de Sintra.

4 de Junho. Distrito de Lisboa.

Os Verdes participaram na 6.ª conferência sobre Igualdade entre Mulheres e Homens / CGTP-in, no Instituto Franco Português.

6 de Junho. Distrito de Faro.

Os Verdes participaram no debate com alunos da Escola Padre João Coelho Cabanita, de Loulé, que se realizou na Assembleia da República.

8 de Junho. Distrito de Viseu.

Os Verdes participaram na iniciativa do Dia de Defesa do Ambiente, organizado pela AZU, em Nelas.

8 de Junho. Distrito de Porto.

Os Verdes participaram, a convite da Associação de Inquilinos do Norte de Portugal, no debate sobre Habitação e Inquilinato que se realizou em Matosinhos.

8 de Junho Distrito Viseu.

Os Verdes estiveram presentes na concentração promovida pela AZU, contra a construção de uma unidade de subprodutos de origem animal, em Nelas.

12 de Junho Distrito de Lisboa.

Os Verdes foram recebidos pelo Primeiro Ministro, com vista à marcação das próximas eleições autárquicas.

14 de Junho. Distrito de Santarém.

Os Verdes marcaram presença na vigília em frente ao Hospital Distrital de Santarém, promovida pelo Movimento dos Utentes do Distrito de Santarém, em defesa do Serviço Nacional de Saúde.

21 de Junho. Distrito de Lisboa.

Os Verdes participaram no debate "LX-Europa 2020 - Intervenções Prioritárias na cidade de Lisboa" que se realizou em Lisboa.

22 de Junho. Distrito de Lisboa.

Os Verdes participaram na Marcha do Orgulho LGBT, em Lisboa.

25 de Junho. Distrito de Lisboa.

Os Verdes participaram no debate sobre Estratégias para a Sociedade da Informação que se realizou no Parlamento.

25 de Junho. Distrito de Lisboa.

Os Verdes estiveram presentes na Sessão "Nuno Álvares Pereira - Uma homenagem por cumprir em Lisboa" que decorreu no Convento do Carmo.

27 de Junho. Nacional.

Os Verdes promoveram e apoiaram a greve geral convocada pela CGTP-In e participaram em diversas ações decorrentes da jornada de luta.

28 de Junho. Distrito de Lisboa.

Os Verdes participaram num debate sobre a escola pública na Escola D. Dinis, em Lisboa.

ECOLOJovem

23 a 26 de Maio.

A Ecojovem - «Os Verdes» participou no Encontro Nacional de Juventude, que teve lugar no Porto.

5 de Junho.

A Ecojovem - «Os Verdes» esteve presente na iniciativa de lançamento da Juventude CDU, que teve lugar no Rossio, em Lisboa.

VERDES INTERNACIONAL

10 a 12 de Maio. Madrid, Espanha.

Decorreu em Madrid o Conselho dos Verdes Europeus, onde se debateram várias questões sobre a crise na Europa e as formas de a combater. Os Verdes Europeus iniciaram os preparativos para a campanha para as eleições europeias, que decorrerão em Maio do próximo ano.

As eleições autárquicas estão marcadas para o dia 29 de Setembro.

As convulsões e novelas protagonizadas recentemente pelo Governo fazem-nos exigir ainda com mais urgência eleições legislativas antecipadas.



Se a credibilidade deste Governo estava já totalmente desfeita, com o falhanço consecutivo das metas traçadas com a aplicação do insustentável programa de ajustamento e de austeridade acordado com a troika internacional, depois da demissão de Vítor Gaspar e das fitas de irreversibilidade protagonizadas por Paulo Portas, tornou-se insustentável manter este Governo.

Sem dúvida alguma que a grandiosa Greve Geral de dia 27 de junho contribuiu em muito para abalar ainda mais este Governo. Por isso a luta tem de continuar, ser mais intensa e não pode parar até o Governo cair. Nessa altura será fundamental encontrar outras formas de combater a crise e recuperar o país, será fundamental desenvolver uma outra política.



Este Governo está cada vez mais fragilizado internamente, pelas suas atitudes e pelos artificialismos que utiliza para dissimular o lento apodrecimento da sua estrutura.

Há dois momentos vergonhosos recentes que não podem deixar de ser lembrados. O primeiro é a reação à Greve Geral em que o Primeiro-ministro afirma que os portugueses devem trabalhar em vez de fazer greve, quando o que tem feito é contribuir fortemente para o aumento do desemprego aos níveis insustentáveis que hoje nos encontramos.



O segundo foi a deplorável atitude do Ministro Paulo Portas ao não deixar o avião presidencial da Bolívia sobrevoar o espaço aéreo nacional ou fazer a escala técnica de abastecimento em Lisboa. Uma atitude que colocou em risco a vida do Presidente Evo Morales no seu voo de regresso à Bolívia, vindo de uma cimeira em Moscovo e que viola completamente a diplomacia internacional.

Os partidos do Governo (PSD e CDS) certamente irão sofrer uma pesada derrota, pois estas eleições, apesar de circunscritas ao poder local, terão também um caráter de penalização da atuação do Governo, caso este não tenha caído entretanto. Até porque este mesmo Governo praticou um hediondo ataque ao poder local com a extinção e agregação de cerca de 1200 freguesias.

Por estas razões, a campanha eleitoral autárquica toma contornos ainda mais grandiosos porque constitui um instrumento fundamental de denúncia e contestação também às políticas governamentais.

Uma campanha, que nesta fase envolve obrigatoriamente balanços dos mandatos, o contacto com as populações, a promoção de debates e o construir dos programas eleitorais, envolvendo coletivos locais e população em geral.

A campanha dos Verdes e da CDU tem sido intensa, promover iniciativas de apresentação de candidatos ou de apoio a candidaturas, mas acima de tudo envolver gentes, defender e promover o poder local como a estrutura mais democrática e mais próxima dos eleitores. Estas eleições mobilizam e envolvem o maior número de cidadãos e, porque o poder local esta mais próximo, é um importante pilar da democracia participativa, no qual todos devemos estar envolvidos.



Também por isso, mesmo depois das eleições continuaremos a lutar pela reposição das freguesias originais, porque as freguesias são o órgão de poder democrático que mais perto está das populações, que mais cidadãos envolve e contacta e que melhor gere os dinheiros públicos e de forma mais eficiente.

A Campanha eleitoral autárquica requer a participação, a mobilização e o envolvimento de todos. Com confiança na CDU, com grande determinação, Os Verdes, dão corpo a este projeto unitário, a única coligação de esquerda, consistente, com provas dadas, sem surpresas, determinada a contribuir para a dignificação do Poder Local e construir um Portugal com futuro.

www.osverdes.pt

CONTACTOS D'OS VERDES

Sede Nacional: Rua Borges Carneiro, n.º 38, R/C Esq. · 1200-619 Lisboa · Tel: 213 960 291 · Fax: 213 960 424 · E-mail: pev@osverdes.pt · **Grupo Parlamentar:** Assembleia da República, Palácio de S. Bento · 1200-068 Lisboa · Tel: 213 919 203 · Fax: 213 917 424 · E-mail: pev.correio@pev.parlamento.pt · **Assembleia Municipal de Lisboa, Grupo Municipal Os Verdes:** Av. de Roma, n.º 14 P - 3º · 1000-265 Lisboa · Tel: 218 170 426 · Fax: 218 170 427 · E-mail: aml.osverdes@cm-lisboa.pt · Site: http://pev.am-lisboa.pt · **Porto:** Rua Sampaio Bruno, n.º 25, 2º - sala 21 · 4000-179 Porto · Tel/Fax: 222 081 202 · E-mail: osverdesnorte@gmail.com · **Aveiro:** Apartado 85 · 4525-909 Santa Maria da Feira · **Beja:** Apartado 6004 · EC-Pax Júlia, 7801-908 Beja · E-mail: osverdesbeja@gmail.com · **Braga:** Apartado n.º 28 · 700 Braga · E-mail: osverdesnorte@gmail.com · **Centro:** osverdescentro@gmail.com · **Faro:** E-mail: osverdesnoalgarve@sapo.pt · **Santarém:** Rua Nuno Velho Pereira, n.º 8 - 1º Esq. · 2000 Santarém / Tel: 243 324 000 · **Viseu:** osverdesviseu@gmail.com · **BLOGUES** · **Os Verdes nos Açores:** http://osverdesacores.blogspot.com · **Os Verdes - Centro:** http://osverdescentro.blogspot.com · **Os Verdes em Lisboa:** http://osverdesemlisboa.blogspot.com · **Os Verdes - Norte:** http://osverdesnorte.blogspot.com · **Os Verdes no Ribatejo:** http://osverdesnoribatejo.blogspot.com · **Os Verdes Setúbal:** http://osverdesemsetubal.blogspot.com · **Os Verdes - Sul:** http://osverdesaosul.blogspot.com · **Ecolojovem-Os Verdes:** http://ecolojovem.blogspot.com

Ficha Técnica

Edição e Propriedade Partido Ecologista Os Verdes

Design Gráfico

Bajanca Design - Almada
Telf.: 915 337 755
www.bajancadesign.pt

Impressão e Acabamento

Alínea Seguinte - Tondela
Depósito Legal: N.º 146744/00
ISSN: 0874-0011
Número de Exemplares: 11.000

Acampamento de Verão Ecojovem "Os Direitos dos Jovens"

28 de Agosto a 1 de Setembro, Vila Real.

Inscrições: ecolojovem@osverdes.pt / telf.: 213 960 308

Workshops de reutilização de materiais • Caminhadas • Acções de contacto com a população • Tertúlias

Debate com o cabeça de lista da CDU a Vila Pouca de Aguiar e deputado à AR pelo PEV, José Luís Ferreira

Emprego Jovem e dinamizar a Economia Nacional

Os Verdes apresentam iniciativa legislativa.

Os Verdes apresentaram no passado dia 14 de Junho, na Assembleia da República um projeto de resolução tendo em vista pressionar o Governo para criar condições para aumentar o emprego Jovem. Projeto esse que viu 3 normas serem aprovadas na reunião plenária de 19 junho, os pontos 2, 14 e 15.

No final de Maio o desemprego jovem oficial atingiu os 42,5%! em Portugal, segundo dados do Eurostat. Um valor que em termos reais pode estar bem acima dos 50%.

Uma consequência dos objetivos políticos que o Governo tomou como prioritários: a obsessão pela diminuição do défice e da dívida e a proteção do sistema financeiro, o que tem destruído o sistema económico nacional e a sustentabilidade social.

Com esta atitude o Governo tem mantido uma passividade preocupante no combate ao desemprego jovem, e apresenta como solução o apelo à emigração. Aliás uma atitude deveras condenável até quando o Primeiro-Ministro considera o desemprego e o despedimento uma oportunidade para os visados o que só demonstra a grande falta de respeito que tem pelos portugueses e de como se está borrifando para as consequências sociais deste flagelo nacional.



Nesta perspetiva os verdes tomaram em mão a iniciativa de apresentar um projeto de resolução com o objetivo de relançar a economia, com medidas eficazes. Criar postos de trabalho e diminuir urgentemente a taxa de desemprego é o imperativo nacional!

Um Projeto de Resolução, preconizando o seguinte:

1. Renegociação da forma de pagamento da dívida pública, de modo a gerar condições para o crescimento económico e a impedir estrangulamentos sociais já gritantes.
2. Reclamação de um fundo europeu para implementação de programas de emergência nacionais de combate ao desemprego jovem, que privilegie, nos montantes de apoio e incentivo atribuídos, os Estados-Membro com taxa de desemprego juvenil acima da média europeia.
3. Eliminação das rendas excessivas no sector elétrico, renegociação dos contratos de alto risco, renegociação das Parcerias Público-Privadas, e de todos os negócios ruins para o Estado, com desejável cessação de contrato, de modo a libertar o Estado da garantia de altas taxas de rentabilidade dos privados, em prejuízo do interesse e das necessidades coletivas.

4. Garantia de que às instituições bancárias e aos grandes grupos económicos é aplicada uma taxa de IRC de 25% e que, também em sede de IRC, sejam tributadas as mais valias bolsistas de SGPS.

5. Reposição do IVA da restauração na taxa intermédia de 13% e do IVA da eletricidade e do gás natural na taxa aplicada aos bens essenciais, de 6%.

6. Reorientação do destino de uma parte do montante disponibilizado para a recapitalização da banca, no montante global de 12 mil milhões de euros, para pagamento das dívidas do Estado às empresas fornecedoras, prioritariamente às micro, pequenas e médias empresas.

7. Apoio à produção nacional, ajudando designadamente ao escoamento de bens produzidos, para o que o Estado deverá contribuir privilegiando nas compras públicas os produtos e serviços nacionais e incentivando as grandes superfícies comerciais a disponibilizar bens regionais, designadamente alimentares, aos seus consumidores.

8. Aumento do salário mínimo nacional, reposição dos salários cortados aos trabalhadores e das pensões cortadas aos reformados, e diminuição progressiva do horário de trabalho para as 35 horas.

9. Criação de emprego público, abrindo vagas especialmente destinadas a jovens, em função do regular funcionamento e do aumento da eficácia dos serviços públicos.



10. Combate aos falsos recibos verdes, que em tudo correspondem a obrigações para o trabalhador decorrentes de um contrato de trabalho e que correspondem a necessidades permanentes da empresa ou da Administração Pública.

11. Obrigatoriedade de contratação de um estagiário, no caso de avaliação positiva e de necessidade evidente do posto de trabalho para a empresa ou para a Administração Pública.

12. Reorientação dos apoios à contratação, por parte de empresas, para a criação de novos postos de trabalho, e não de alternância de trabalhadores no mesmo posto de trabalho, privilegiando a contratação sem termo.

13. Redução de custos de produção (não relacionados com salários) das empresas, se necessário por via da definição de tetos máximos de preços desses custos.

14. Definição de uma rubrica de financiamento às micro, pequenas e médias empresas, para investimento no emprego de jovens.

15. Aumento dos níveis de educação e de formação dos jovens com vista à garantia de maior empregabilidade e produtividade.



Ecolojovem - «Os Verdes» Quem realmente manda em Portugal?



Vivemos tempos difíceis. Dito e redito martelado até a dor parecer natural. Vivemos em crise, crise de valores, de ética política, de reflexão. Uma crise social e de défice de debate no espaço público a que nem o jornalismo escapa. Tudo está prisioneiro. O país está sequestrado com ele a democracia. A ideia de que estamos sob sequestro é bem real, mas aqui a dicotomia clássica do assalto, em que se confronta «a carteira ou a vida» não se aplica, pois nada é poupado. Podemos nos perguntar porquê?

Porquê seguir cegamente modelos económicos que não foram escrutinados em eleições? Espera-se que aceitemos a pedagogia de «como fazer» por um grupo de desconhecidos e desconhecidos da nossa realidade. Para estes novos pedagogos as pessoas são meras entidades abstratas, números, e um país inteiro é transformado num laboratório de teorias económicas saídas de uma académica folha de excel.

Os passos impostos por entidades estrangeiras são aceites como inevitáveis, às quais o Governo a tudo anui, sem reservas éticas do modelo neo-liberal económico-financeiro. No entanto, este é um caminho que ninguém assume a responsabilidade, pois se por cá a retórica assenta na ideia falsa e desesperançosa de que não há alternativas, por parte dos nossos sequestradores é dito que estes só apontam o caminho e quem executa é responsável pelas medidas tomadas.

Nesta retórica governamental de que não há soluções, a cada Orçamento de Estado viola-se a Constituição da República, com o beneplácito presidencial a fechar os olhos a tanto vilipêndio.

Dizem-nos que estamos num regime de exceção, pois claro que estamos - neste momento encontramos-nos ocupados - e que por isso se justificam medidas de exceção, sejam elas quais forem. Pretende-se assim «reformatar», singelo eufemismo para aplicar um programa ideológico de destruição e aniquilação das funções sociais do Estado.

E afinal já nem é necessário proceder a alterações na Constituição da República como há tempos queriam impor o PSD e o CDS. Afinal não é necessário alterar o que quer que seja, pois à boa praxis ditatorial abre-se sempre que se pode uma ou outra exceção à lei, isto tudo porque dito e repetido: a culpa não é do Governo, são eles lá fora que nos obrigam a fazê-lo!

Se há algo que já todos nos apercebemos é que já não há limites para o saque. Um saque total ao nosso modelo social onde não cabe a vergonha de um modelo insensivelmente teimoso que está a desestruturar de forma radical os alicerces da sociedade.

Estão aqui todos os tiques de um modelo de governação totalitária, em que não interessa em nada o que se diz num dia, para se aplicar medidas

contrárias, que têm tanto de irrefletidas como de avulsas, num outro dia.

Quando é que aprendemos a aceitar como normal esta situação?

Em que os compromissos assumidos numa campanha eleitoral, ou num qualquer debate parlamentar, são deitados por terra no dia seguinte sem qualquer consequência?

Tudo pode ser dito, omitido, contornado ou falseado. A ética há muito que ficou esquecida no dicionário neo-liberal, desrespeitando a Constituição da República, desrespeitando a Assembleia da República e desrespeitando as manifestações populares.

Perante isto, o Presidente da República não só é complacente com o atual estado da situação, como também é responsável ao demitir-se de intervir, seja por medo ou por incapacidade, num resultado medíocre das suas funções.

Quando se espera que a defesa da República se oriente pela ética, os portugueses confrontam-se com os seus altos representantes não como «atores políticos» e antes como «executores técnicos».

Um Presidente que ao invés de exercer o seu dever e poder, instituído pelo voto popular alicerçado numa Constituição, fruto de uma revolução que devolveu a democracia ao país, se deixa ficar passivo, bem como submisso perante aqueles que efetivamente estão a exercer o poder e

a decidir o presente e o futuro do país.

Não será hipóbole ou exagero estilístico dizer-se que forças estrangeiras dominam as decisões do país e vivemos sob sequestro há dois anos.

Presentemente faz-se a História de um país soberano que se está a transformar num vassalo do capital estrangeiro.

Vivemos cercados pelo medo e pela desconfiança não só em relação ao futuro mas também ao presente. Está na altura de novamente demonstrar que neste país é o povo quem mais ordena!

Ecolojovem Os Verdes



Acampamento de Verão Ecolojovem
“Os Direitos dos Jovens”

28 de Agosto a 1 de Setembro, Vila Real.

E-Mail: ecolojovem@osverdes.pt
Telf.: 213 960 308





Lisboa precisa de autarcas CDU

Cláudia Madeira, candidata do PEV nas listas da CDU à Assembleia Municipal de Lisboa.

As próximas eleições autárquicas decorrerão em circunstâncias muito particulares da vida nacional. Independentemente dos desenvolvimentos que até lá se venham a verificar, uma coisa é certa, o país tem sido arrastado para o desastre, e em Lisboa as consequências são bem visíveis.

Lisboa tem vindo a empobrecer do ponto de vista económico, social, cultural e ambiental. E tem perdido a sua maior riqueza, que são as pessoas. Os responsáveis são PS, PSD e CDS, alternados há quase quarenta anos no Governo, e há doze na cidade, e não serão os culpados por esta situação que a irão resolver, antes pelo contrário.

Precisamente por isso, estas duas batalhas, a local e a nacional, nunca estiveram tão estreitamente ligadas, e as eleições de 29 de Setembro são a oportunidade de reforçar a CDU para inverter este rumo, para dar força à realização de políticas locais e à afirmação da melhoria das condições de vida das pessoas.

A governação do PSD/CDS na Câmara de Lisboa trouxe uma situação caótica, com sucessivos escândalos, negociatas e dívidas, que acabaram nos tribunais, tendo sido determinantes a denúncia e a acção da CDU. Nesses seis anos tiveram muitas vezes o apoio e complacência do PS.

Acima de tudo, a candidatura PSD/CDS representa a projecção a nível local do programa de destruição em curso no país.

Por sua vez, a actual gestão PS não tem sabido e não quer resolver muitos dos problemas da cidade, tendo implementado um conjunto de processos que os agravaram ainda mais. A reorganização administrativa foi vergonhosa e teve apenas como preocupação central a extinção de vinte e nove freguesias, sem pensar nas necessidades das pessoas.

A reestruturação de serviços esvaziou e desmantelou a estrutura da Câmara, subaproveitando e desvalorizando os recursos municipais, atribuindo esses serviços a privados. O executivo insiste em continuar uma política de degradação ambiental, frequentemente com o apoio do PSD e do CDS e sempre com a oposição da CDU.

O Parque Florestal de Monsanto tem sido alvo de vários atentados, onde cabe tudo o que convém à Câmara lá construir, por andar a reboque de interesses que não são os da população de Lisboa.

Os espaços verdes estão degradados e abandonados, e a Câmara insiste em passar a sua manutenção para empresas privadas. No sector da água, o PS pretende que a EPAL assuma a gestão e a exploração do saneamento em baixa, o que implicará o desmantelamento de serviços municipais, abrindo-se o caminho à privatização de serviços.

O PDM actualmente em vigor não está orientado para as necessidades das pessoas e da cidade, mas sim para a especulação imobiliária.

O executivo desrespeita a Assembleia Municipal, recusando-se a responder a questões colocadas, e inúmeras propostas aprovadas nunca chegam a ser implementadas, e não governa para as forças vivas da cidade, governa em função de interesses e de oportunidades de negócio.

Lisboa precisa de outras políticas e de outras prioridades!

Os Verdes e a CDU nunca pactuaram com estas políticas que trazem prejuízos para a vida das pessoas.

Na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal e nas freguesias, a CDU tem defendido o que é melhor para as populações.

A CDU e Os Verdes assumem o compromisso de um projecto colectivo assente na construção de uma cidade mais sustentável, com justiça social, solidariedade e igualdade de oportunidades para todos.

“Pensar Global, Agir Local” tem sido sempre a nossa forma de actuar, porque o poder local é fundamental na procura de soluções e alternativas às formas de desenvolvimento que dominam o mundo de hoje.

Mais CDU em Lisboa significa mais capacidade de resolução dos problemas locais, mais força a todos os que são atacados nos seus direitos e que não aceitam este rumo a que a política de direita de PSD, CDS e PS tem conduzido o país e a cidade.

Estamos empenhados em contribuir para uma Lisboa mais desenvolvida, humanizada e sustentável, a Lisboa que as pessoas merecem.

Para isso, Lisboa precisa de autarcas CDU!



Oliveira de Frades

Trabalhar em prol dos interesses e defesa das pessoas

Miguel Martins, cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Oliveira de Frades.

Integrar a candidatura da CDU ao município de Oliveira de Frades, para além de ser uma honra para Os Verdes significa estarmos disponíveis para continuar a **trabalhar em prol dos interesses e defesa das pessoas do concelho**. Esta é sem dúvida, quer para o PEV, quer para a CDU a nossa maior motivação.

A candidatura da CDU aos vários órgãos autárquicos de Oliveira de Frades, não integrará nem vedetas nem cabeças de cartaz, como fazem algumas forças políticas para branquear e relegar para um papel secundário aquilo que é a sua intervenção e as suas opções políticas.

Esta coligação efectivamente de esquerda, constituída por tanta, tanta gente de iguais entre a população, integrará desempregados, emigrantes, trabalhadores independentes, estudantes, agricultores, etc, com mais ou menos escolaridade, que sofrem, tal como a maioria dos portugueses das violentíssimas opções políticas da troika portuguesa e estrangeira que têm afundado o país e delapidado o seu maior recurso: as pessoas.

Por isso integrar as listas da CDU é dizer: **NÃO** a este caminho de empobrecimento. É demonstrar que há outras vias, outras opções políticas ao serviço das pessoas e não dos mercados e da especulação financeira. É lutar pela defesa dos serviços públicos, por um ambiente sadio, pelo direito ao trabalho, ao trabalho com direitos, à saúde, à habitação, ao ensino, à cultura, à água.

Estas eleições autárquicas são por um lado, a oportunidade de penalizar aqueles que ditaram uma austeridade absurda que leva o país à miséria e à incapacidade de gerar riqueza e, por outro, de escolher um novo rumo para Oliveira de Frades e para o

país, porque o país é feito do conjunto das localidades. Reforçar os Verdes e a CDU é contribuir para defender e dignificar o poder local democrático. É dar voz e poder de intervenção aos municípios.

Nos Verdes e na CDU, a vida não começa no dia da apresentação dos candidatos, nem termina no dia a seguir às eleições. Entendemos as eleições como um acto nobre da vida democrática mas não um fim em si mesmo, nem reduzimos a intervenção dos cidadãos unicamente ao voto.

Em Oliveira de Frades, mesmo sem eleitos, de Os Verdes e da CDU, o PEV, não hiberna como algumas forças políticas, antes tem mantido a intervenção, através de cartas abertas, comunicados de imprensa, perguntas ao governo, entre outras formas de dar voz à população na resolução dos seus problemas.

É princípio de Os Verdes propor, alertar e denunciar para que o desconhecimento não sirva de pretexto para a ausência de intervenção.

Os Verdes têm sido a voz de Oliveira de Frades na Assembleia da República, questionando o governo, sobre: o Abate de Sobreiros, na área de implementação das Barragens de Ribeiradio-Ermida; a requalificação da Estrada Nacional 16; os prejuízos causados pelas obras de construção da barragem de Ribeiradio-Ermida; o furto de cobre em Oliveira de Frades e Vouzela; o aproveitamento hidroeléctrico no Rio Alfusqueiro, etc.

Se sem eleitos Os Verdes tem desenvolvido um trabalho exemplar em Oliveira de Frades, dando voz às preocupações dos municípios, como é que seria se o PEV estivesse representado nos órgãos municipais?



Confiança na CDU



- Desejo aderir ao Partido Ecologista Os Verdes
- Desejo participar em iniciativas de Os Verdes
- Desejo receber regularmente a Folha Verde



PEV
Partido Ecologista Os Verdes

Nome: _____

Morada: _____

Código Postal: - -

Contacto Telef.: _____

E-mail: _____

Envie-nos este formulário para a sede do PEV. Rua Borges Carneiro, nº 38, R/C Esq. - 1200-619 Lisboa. Os dados serão sigilosamente processados. Por favor, preencher em letras maiúsculas.

82
FOLHA VERDE